

20 JAN 1987

20 JAN 1987



Aloísio será a voz de Moreira na bancada do PMDB

Aloísio Teixeira coordena bancada pemedebista do Rio

O deputado Aloísio Maria Teixeira será o coordenador da bancada federal do PMDB fluminense na Assembleia Nacional Constituinte. Ele já havia garantido até a tarde de ontem, dos 13 votos da bancada — sem incluir o seu —, os dos deputados Ronaldo César Coelho, Daso Coimbra, Gustavo de Faria, Flávio Palmier da Veiga, Denizar Arneiro, Jorge Leite, Ana Maria e Messias Soares.

Aloísio Teixeira, que se reelegeu em novembro passado para o seu quinto mandato consecutivo, esteve, desde a primeira hora, ao lado da candidatura vitoriosa de Moreira Franco. Na fase da disputa pela indicação do candidato pemedebista à sucessão de Brizola, Aloísio assumiu franca posição em favor do ex-prefeito de Niterói, ajudando-o a bater o senador Nelson Carneiro na convenção partidária. Embora sem se envolver na decisão da bancada, o governador eleito gostou da escolha, segundo informou um de seus influentes assessores.

O adversário

A coordenação da bancada do PMDB do estado do Rio na Câmara dos Deputados está sendo disputada também pelo deputado Paulo Ramos, um major da Polícia Militar de posições progressistas. Ramos alegou, para se lançar candidato, que seu grande trunfo é a capacidade de transitar acima das correntes de liderança de Moreira e do ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães.

Moreira reúne-se com estaduais

O governador eleito Moreira Franco reúne-se hoje pela primeira vez com a bancada estadual do PMDB, que conquistou 18 das 70 cadeiras da Assembleia e ainda garantiu, por força de uma coligação proporcional, que o PC do B elege-se em sua chapa de candidatas a médica Jandira Feghali. A reunião será no gabinete do líder pemedebista e a tendência da bancada, segundo o deputado Gilberto Rodrigues, futuro presidente da Assembleia Legislativa, será a de afinar o seu discurso com o programa do governador eleito, voltado para a recuperação econômica e social do estado.

Antes da chegada de Moreira, a bancada fará uma reunião especial com o futuro presidente da Assembleia e o seu futuro líder, Elias Camilo Jorge, para definir quem ocupará a 2ª vice-presidência e a 4ª secretaria da Mesa. No primeiro caso, o deputado Alberto Dauaire, que está entrando no seu sexto mandato consecutivo, é o candidato mais cotado.

Unidade

Gilberto Rodrigues considera importante, "dentro da nova situação política que está sendo construída no Estado do Rio, uma unidade

Aliança busca consenso na Câmara

O vereador Hélio Fernandes Filho, do PMDB, filho do jornalista Hélio Fernandes, foi apontado por dois influentes assessores do governador eleito, Moreira Franco, como um nome capaz de conciliar na Câmara Municipal do Rio, os interesses políticos da Aliança. Um dos assessores destacou que Moreira não deseja influir, porém, na eleição da Mesa da Câmara da capital do estado.

A presidência da Mesa da Câmara do Rio está fugindo do PDT, o partido do prefeito Roberto Saturnino Braga, pelas dificuldades de composição da bancada pedetista, que viveu quatro anos de deslumbamento, segundo vereadores pemedebistas. Esse fato é que favorece a Aliança e a deixa bem perto do comando do Legislativo Municipal.

PV terá direção colegiada

Depois de escolher o dia 18 de janeiro de 1987 como data oficial de sua fundação, o Partido Verde decidiu — em assembleia que reuniu 103 delegados de 30 núcleos da campanha de Fernando Gabeira ao governo do estado — adotar a forma de direção colegiada. Sem presidente ou secretário-geral, o PV será comandado por um conselho político de 38 pessoas, dentre as quais destacam-se os escritores Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Herbert Daniel e Eliane Maciel, o psicanalista Luís Alberto Py, a atriz Lucélia Santos, o deputado estadual eleito pelo PT Carlos Minc e o marchand Mathias Marcier.

Uma comissão executiva de 11 integrantes será eleita no início de fevereiro na primeira reunião do conselho. Enquanto isso o colegiado dará início ao processo de legalização do partido, publicando em data ainda não escolhida o programa do PV em *Diário Oficial*, e tratando da organização em outros estados. Além da estruturação interna do partido, os delegados que se reuniram no domingo de 10h às 21h no Instituto Brasileiro de Psicanálise resolveram adotar uma política de alianças que privilegia o PT.

No documento divulgado ontem pelo partido, a questão é dividida em três pontos: embora as coligações em épocas de eleições devam ser decididas, como manda a lei, pelas convenções municipais, o conselho político reserva-se o direito de vetar "coligações municipais que violem os princípios do partido". No ponto dois, o PV comunica decisão de formar um bloco parlamentar com o PT na Assembleia Legislativa (na verdade, os quatro deputados estaduais foram todos eleitos pelo PT, não cabendo ao PV nenhum mandato, pois o partido não existe legalmente). Por fim, o partido mantém a disposição de formar "uma frente de ação política com o PT", embora admita "articulações e contatos com outras forças populares para o encaminhamento das lutas previstas no programa do PV".

Trabalhador também faz "lobby"

São Paulo — Os trabalhadores brasileiros — assim como os empresários, a Igreja, os fazendeiros e agora até os censores — organizaram um lobby para atuar junto à Constituinte. Trata-se do Conselho da Cidadania dos Profissionais na Constituinte, que tem como promotor a poderosa Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), que receberá assessoria direta do Diap — Departamento Intersindical de Ação Parlamentar, entidade mantida pelos sindicatos de todo o país.

Disposta a realmente influir a favor dos projetos que interessem aos trabalhadores na Constituição, o CNPL entregou a presidência do lobby à Ordem dos Advogados do Brasil e a vice-presidência ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, ficando ela com a secretaria executiva. A primeira reunião formal do lobby em Brasília, que já dispõe de uma sala no Congresso, está marcada para o próximo dia 2 de fevereiro. Haverá reunião toda primeira segunda-feira de cada mês, até o término da Constituinte.

Segundo um dos organizadores do lobby, o economista Paulo César Timm, consultor da CNPL, o conselho tem como objetivo ajudar na mobilização dos trabalhadores em torno da "problemática sindical no país e suas relações com os três poderes, bem como a definição de estrutura e financiamento do movimento sindical".

Pretendendo apresentar à nação propostas mais ou menos consensuais das diversas tendências políticas que hoje constituem o movimento sindical, assessores da secretaria executiva do lobby estão percorrendo todo o país recolhendo sugestões e editando documentos com todas as questões polêmicas do movimento sindical.

O primeiro caderno editado pela CNPL, "Brasil Constituinte — Estrutura e Representatividade Sindical", é uma coletânea de assuntos de interesse dos trabalhadores e que certamente constarão das discussões na Constituinte. A única tese, apresentada de forma mais incisiva no documento do lobby, por enquanto, é a questão de greve, tida como um instrumento de pressão dos trabalhadores, que não deve ser restringido de nenhuma forma no texto constitucional.

PMDB faz promessa para dar a Nelson Carneiro presidência do Senado

Brasília — Moralização da administração do Senado (marca-da, no passado, pelo empreguismo), democratização das decisões da Mesa Diretora e uma ativa participação dos senadores na Assembleia Constituinte são compromissos já assumidos por mais da metade da bancada do PMDB para a eleição, praticamente assegurada, de Nelson Carneiro para a presidência da Casa.

O senador Fernando Henrique Cardoso assumiu ontem a condição de candidato a líder do partido, o que parece corresponder ao desejo da maioria da bancada. As outras definições são as seguintes: Jutahy Magalhães, primeiro-secretário; Ronan Tito, primeiro-vice-presidente; Dirceu Carneiro deverá ser o terceiro ou quarto-secretário do Senado.

O PMDB terá direito a quatro vagas na Mesa do Senado, nelas incluído o presidente da Casa. O problema residual desta longa articulação é a candidatura do senador Humberto Lucena à presidência, em disputa com Nelson Carneiro. Uma das primeiras tarefas de Fernando Henrique a partir da próxima semana, quando chegará a Brasília, será negociar uma composição.

O candidato a líder afirma que suas conversas iniciais não visaram proteger esta ou aquela candidatura. "O objetivo é dar maior transparência à ação do Senado, o que na prática significa que não mais existirão *trens da alegria*" — afirma o senador paulista. Outro aspecto importante é o de eleger o líder sem que haja partilha de poder entre os senadores que usualmente trocavam seu voto por alguma vantagem. "O que o PMDB pretende é escolher presidentes e relatores para as comissões segundo o critério político e o interesse do partido", informou.

O terceiro objetivo revelado por Fernando Henrique é o de somente fazer o Senado funcionar em assuntos essenciais. "Não há qualquer sentido, por exemplo, em ter a iniciativa de legislar", assegura. Mas defende que o Senado seja um fórum para o debate do cotidiano político. "Aqui o que for Constituinte deve ser tratado na Assembleia, mas os nossos problemas do dia-a-dia podem ser debatidos no Senado", diz.

As reuniões dos senadores tiveram início ainda em dezembro através de uma ação compartilhada por Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes e Afonso Camargo Neto. Posteriormente aderiram ao grupo os senadores Alfredo Campos e Jutahy Magalhães.

Prefeitos podem ir à Constituinte pressionar por reforma tributária

Salvador — Uma mobilização para que os prefeitos da Bahia e se possível de outros estados compareçam à instalação da Constituinte no dia 1º de fevereiro, em Brasília, levando um documento de reivindicações sobre um novo sistema tributário deverá ser iniciado hoje, quando se reúne em Salvador a União dos Prefeitos da Bahia.

A proposta para essa mobilização vai ser apresentada pelo prefeito de Camaçari, Luiz Caetano, do PMDB e vinculado ao PC do B, que já enviou mensagem sobre o assunto a seus colegas de todo o estado. Uma vez aprovada a iniciativa, Caetano espera que a entidade dê ao movimento uma amplitude nacional.

Os prefeitos se desempenhariam de duas missões em Brasília: além de entregar um documento sobre o sistema tributário à Constituinte, levariam ao presidente José Sarney uma pauta de reivindicações mais imediatas, a exemplo de uma negociação das dívidas das prefeituras com a Previdência Social.

Luiz Caetano está disposto a procurar o presidente da Associação Brasileira de Prefeitos de Capitais e prefeito de Salvador, Mário Kertesz (PMDB), para examinar a possibilidade de a entidade se integrar à mobilização: "A associação vem fazendo um movimento autônomo, mas em muitos pontos os interesses e problemas das prefeituras das capitais são iguais aos das demais prefeituras".

No geral, a situação dos municípios é de falência. Basta ver Camaçari, sede do Pólo Petroquímico do Nordeste, uma das prefeituras mais ricas do estado. Gastamos 80% da receita com pessoal. E esse é o retrato de praticamente todas as prefeituras baianas. Ou vem socorro da união e, num prazo mais amplo, a mudança do sistema tributário, ou os serviços deterioram e a demissão em massa de servidores, que se quer evitar, vai se tornar inevitável.